

3. Afinal, qual é o problema da *palavra*?

De início, poderíamos simplesmente dizer que o problema é que, na história dos estudos sobre a linguagem – marcada, como se disse, pela recorrência de um compromisso representacionista de fundo – não há consenso entre linguistas e estudiosos da linguagem sobre o que se entende por *palavra*, sobre a definição e o reconhecimento da palavra como unidade e categoria linguística.

Naturalmente, a falta de consenso não representa por si só um problema: é, com efeito, característica óbvia de toda aventura científica a disputa entre modelos e teorias alternativas. O problema parece residir na particular resistência da palavra a deixar-se definir como termo técnico, qualquer que seja o modelo considerado. Adeptas confessas ou inadvertidas da *tese da imanência* (Taylor, 2000), as diferentes teorias parecem pressupor e reconhecer unanimemente uma *unidade natural* representável pelo termo *palavra* e correlatos nas demais línguas ocidentais – mas não há qualquer conforto nas teorias sobre o que seria um uso técnico e rigoroso desse termo; e, quanto ao uso leigo, podemos acrescentar ainda que ele aponta para diferentes direções.

Antes de investirmos nos problemas da palavra como categoria e unidade dos estudos linguísticos propriamente ditos, julgamos relevante registrar dois aspectos que em uma primeira instância não parecem interagir diretamente com o problema, porém, constituem, certamente, parte dessa história: voltamo-nos primeiramente para a questão, já tangenciada, da relação entre o *saber popular* e o *saber técnico* sobre a palavra; e em seguida, tecemos, com base em Auroux (1992), algumas considerações preliminares sobre os laços históricos entre os saberes técnicos sobre a linguagem e o surgimento da escrita.

3.1. O saber popular sobre a palavra

A frequência e tranquilidade com que a palavra *palavra*, cujo emprego na linguística é tão cercado de polêmicas, comparece em nossas interações comunicativas cotidianas indicam, na verdade, um saber popular, parte do que se convencionou chamar de *folk linguistics* (Newbrook, 1996: 93). A noção de *linguística popular* foi utilizada, na maioria das vezes implicitamente, em várias disciplinas: antropologia, etnografia, folclore e mitologia. De acordo com Herbert Brekle (1989), no entanto, na linguística propriamente dita, “essa noção não adquiriu ainda seu pleno direito”, podendo-se dizer de modo provisório “que o domínio da linguística popular compreende todos os enunciados que podemos qualificar como *expressões naturais* (que não são provenientes dos estudos linguísticos como disciplina estabelecida) que designam ou fazem referência a fenômenos linguísticos, ou que funcionam no nível da metalinguagem” (1989: 39).

Entretanto a definição de saber popular de Brekle reproduzida acima, serve-nos parcialmente. No que diz respeito à neutralidade com que o autor define “expressões naturais”, como expressões que não sofrem interferência “dos estudos linguísticos como disciplina estabelecida”, acreditamos, com Auroux (1992), como vimos anteriormente, que há entre o saber epilinguístico (o saber do falante, não representado, inconsciente) e o saber metalinguístico uma relação de continuidade. O *saber popular*, em maior ou menor grau, sofre constante interferência, altera-se, renova-se sempre que em contato com o saber metalinguístico que sobre ele se produz continuamente, tanto informalmente, nas interações conversacionais quotidianas, como formalmente, pelo contato e utilização, por exemplo, dos instrumentos institucionalizados da gramatização: dicionários e gramáticas.

Adotando uma estratégia que soará familiar aos frequentadores dos escritos de Wittgenstein, começo por evocar usos cotidianos, não técnicos, da palavra *palavra*. Para além dos muros e discursos acadêmicos, o tema desta pesquisa é moeda corrente em nossas interações e trocas linguísticas, nas suas diferentes modalidades e gêneros.

Vejamos⁸:

- (a) No futebol há uma **palavra** muito importante, que é *se*.
- (b) Creio que a **palavra** que tinha utilizado era *obcecado*.
- (c) É uma bonita **palavra** esta, *saudade*.
- (d) A **palavra** *sucesso* era repetida, com insistência, pelos organizadores.
- (e) “crus” é a **palavra** latina que significa «perna»...
- (f) O jogo dos visitantes descreve-se com uma **palavra**: paupérrimo.
- (g) Essa preferência é meio... discriminadora (não acho a **palavra** certa).
- (h) “Virgília recebeu-me com esta graciosa **palavra**: - O senhor hoje há de valsar comigo” (Machado de Assis, *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, p. 144)
- (i) Mas talvez a **palavra** mais adequada seja *sentido de oportunidade*.
- (j) No fundo é a **palavra** de um comissário contra a **palavra** de um ciclista.
- (k) A universidade passará a ter uma **palavra** na gestão do jardim público.
- (l) A última **palavra** cabe sempre ao juiz.
- (m) A **palavra**, portanto, aos membros associados.
- (n) O Sr. Ramadan é um homem de **palavra**.
- (o)... eles valorizam o poder da **palavra** escrita e falada.

Que *palavra*, e seus correlatos em diferentes línguas, é um termo central da linguística popular ocidental é algo que parece inquestionável. Em culturas marcadas pela presença de instrumentos linguísticos como dicionários e gramáticas, todo falante se vê ocasionalmente às voltas com dificuldades na própria língua: muitas vezes ele precisa perguntar sobre o significado de uma palavra, expressar sua incompreensão de alguma palavra, pedir para repetir uma palavra etc. Isso sem falar em uma realidade de aprendiz de uma outra língua, contexto no qual ele precisará, talvez, ainda mais, de recursos metalinguísticos.

As frases (a) a (d) acima ilustram, com efeito, usos do termo *palavra* que apontam para a capacidade que os falantes do português têm de reconhecê-las e destacá-las como unidades no fluxo da linguagem. Os enunciados (e) a (g) parecem confirmar ainda que são unidades frequentemente percebidas sob um paradigma de *objeto-designação*: as palavras apresentam-se ali como sucedâneos

⁸ À exceção de (h), todos os exemplos foram retirados de corpora de enunciados autênticos em português disponibilizados no *Portal Linguateca* (www.linguateca.pt).

ou nomes de coisas, entidades, situações, enfim, de elementos externos a ela, que ela representa, para os quais ela aponta.

Será útil atentarmos para casos como (h) e (i), para que tenhamos em mente, no entanto, que o uso do termo *palavra* no cotidiano não obedece a uma lógica de todo consistente. Na passagem de Machado de Assis citada em (h), a “graciosa palavra” de Virgília não é o que reconheceríamos como *uma* palavra, mas antes uma profusão delas. O mesmo se daria no caso do enunciado não ficcional descrito em (i). Mobilizando outros termos que se fazem presentes em nossa linguística popular, poderíamos dizer talvez que, nesses dois casos, o termo *palavra* começa a deslizar de seu emprego reconhecido como *literal* para o movediço terreno de seus usos *figurados*.

As frases (j) a (o) ilustram como são comuns esses usos figurados: eles parecem ter, de fato, maior penetração em nossas interações comunicativas. Por meio de mecanismos que podem ser descritos como metonímicos e/ou metafóricos, o termo *palavra* figura por *versão dos fatos* (j), *direito a opinião* (k), *poder de decisão* (l) *turno de fala* (m), *retidão moral* (n), e pela própria *linguagem* como um todo (o).

O que, então, o senso comum, o saber e o uso não-técnico da palavra *palavra* sugerem sobre esse conceito? Os usos literais e figurados que fazemos do termo muitas vezes parecem estar, na verdade, misturados – não parecem estar totalmente dissociados. Parece também, no entanto, que os usos populares do termo indicam que *literalmente* palavras seriam, como se disse, percebidas como nomes de entidades extra-linguísticas, sucedâneos dessas entidades.

Que essa percepção vaga não se faça acompanhar de uma noção clara do que seriam essas entidades, que os usos cotidianos do termo *palavra* sejam inconsistentes, é algo que, tomando-se o ponto de vista representacionista, se poderia creditar ao fato de que justamente não refletem um conhecimento científico acerca do funcionamento da linguagem – são apenas *saber popular*. Do nosso ponto de vista, por outro lado, segundo o qual não há a *palavra* acima do que chamamos de “palavra”, interessa-nos então perguntar: qual a relação entre esse saber popular “embutido” nessas formas reflexivas de expressão e o saber técnico que as ciências da linguagem ambicionam oferecer?

Com Harris (1981, 1988, 2002), Auroux (1992), Love (2004, 2007) e Taylor (1992, 2000, 2009), acreditamos, como já se disse, que o “saber popular”

sobre a linguagem é cultural e historicamente construído e que, no caso do ocidente, trata-se de uma cultura e de uma história que favoreceu desde muito cedo a disseminação do viés representacionista.

É de longa data a construção de um pensamento filosófico que se converteu em um saber científico sobre a linguagem na qual ela é vista como fator de alinhamento entre significantes e significados. Segundo Harris (1981), tal saber foi disseminado entre gramáticos tradicionais originalmente preocupados com a descrição das línguas com fins práticos e pedagógicos e, ao longo do tempo, convertido em um saber superlativo, acima da *língua de uso*, que, no entanto, embora considerada como uma realização imperfeita de uma *língua objeto*, herda dela importantes noções, dentre elas a de que em sua maioria, as palavras servem para nomear, designar, representar objetos do mundo. Do ponto de vista aqui assumido, é essa penetração da *língua de uso* pelo mito dessa *língua-objeto*, somada à constante ação reflexiva da linguagem que explicam, em parte, a forma particular com que falantes de línguas ocidentais apontam e identificam aquilo que eles chamam de palavra.

Conforme vimos no capítulo anterior, a linguagem tem uma natureza reflexiva, e essa é responsável pela vitalidade da linguagem, pelo seu interrogar-se sobre si mesma, pelas ações metalinguísticas que lhe são essenciais e que respondem pela existência de termos reflexivos como *palavra, frase, referir, nome, nomear, conversar, explicar, explicação, escrever, repetição etc, e*, acima de tudo, pela necessidade de auto referir-se, descrever-se, de identificar suas unidades, ações metalinguísticas que são, enfim, em última instância, responsáveis pela aprendizagem e desenvolvimento da linguagem. Os termos e distinções mobilizados em tais práticas metalinguísticas não são universais.

No ocidente, o nascimento da escrita, ensina-nos Aurox (1992) na obra *A revolução tecnológica da gramatização*, pode ser visto como um tipo de objetificação dessa atitude reflexiva e também pode ser entendido como o momento central do aparecimento da necessidade técnica de identificação das unidades da fala.

3.2.

O nascimento da escrita e a objetivação das unidades linguísticas

Segundo Auroux (1992), o florescimento do saber linguístico, o surgimento do que mais tarde passou-se a considerar uma ciência da linguagem, tem sua fonte, suas origens no nascimento da escrita, e não o contrário como se costuma imaginar. Vejamos nas palavras de Auroux algumas passagens em que o linguista narra parte dessa história sobre a relevância do aparecimento da escrita na construção do saber linguístico.

Para a história das representações linguísticas, o *limiar da escrita* é fundamental. Qualquer que seja a cultura, reencontramos sempre os elementos de uma passagem do epilinguístico ao metalinguístico, quer se trate do aparecimento das palavras metalinguísticas (*dizer*, cantar etc.), de certas práticas de linguagem, de especulações sobre a origem da linguagem, ou sobre a identidade e a diferenciação linguísticas, com o demonstra o exemplo dos índios da América. Mas pelo que sabemos, não encontramos em nenhuma civilização oral um corpo de doutrina elaborado em relação as artes da linguagem, mesmo onde podemos observar que certos indivíduos são especializados no papel de tradutores ou “poetas”. (p. 18).

Tudo parece mostrar que não existe verdadeiro saber gramatical oral, sendo que os fatos justificam *a posteriori* a etimologia da palavra gramática (do grego *gramma*, letra) pela qual o Ocidente designou a parte essencial do seu saber linguístico. (p. 19).

O processo de aparecimento da escrita é um processo de objetivação da linguagem, isto é, de representação metalinguística considerável e sem equivalente anterior. Ele precisa do aparecimento de técnicas autônomas e inteiramente artificiais; ele produz o aparecimento de um dos primeiros *ofícios da linguagem* na história da humanidade, e provavelmente (faltam-nos informações) o aparecimento de tradições pedagógicas. Mas se a escrita desempenha um papel fundamental na origem das tradições linguísticas, não é porque ela seria nela mesma um saber linguístico novo, é no curso de um processo histórico complexo. (p. 20).

Interessa-nos, ainda, especialmente, a passagem em que Auroux, reclamando a ausência de um registro das “reflexões teóricas intensas” que certamente engajaram-se num processo desse gênero, acaba por concluir que essa representação da oralidade pela modalidade escrita, “tão pesada em consequências quanto o é seu acontecimento, pois parece *ir por si*, não causa problema, como se se tratasse, quando a palavra encontra o grafismo, de mobilizar um saber mudo, mas já presente” (p. 20). A bela e, ao mesmo tempo, elusiva hipótese descritiva do

casamento entre o signo verbal e o signo escrito feita por Auroux, parece-nos aludir ao mesmo comportamento reflexivo que move o saber epilinguístico e o metalinguístico, presença perene na construção e renovação nos nossos jogos de linguagem.⁹

A obra de Auroux ensina, ainda, que o que fez e, podemos acrescentar, faz, ainda hoje, deslanchar verdadeiramente a reflexão linguística é a *alteridade*, o desejo de conhecer, de “decifrar o outro”. Assim, considerando-se essencialmente a questão da alteridade a partir do ponto de vista da escrita, registram-se na história das línguas os seguintes movimentos, motivados inicialmente pelo desejo de conhecer a língua, o *mundo* do outro, e que principiam no registro das primeiras manifestações, na Idade Antiga, do que hoje ocidentalmente chamamos de *palavra*:

(i) os egípcios fizeram o recenseamento popular das palavras não-autóctenes;

(ii) no terceiro século antes de nossa era, surgiram listas de caracteres chineses em razão da dificuldade de se ler textos antigos;

(iii) no primeiro século de nossa era, o desenvolvimento do budismo leva a transliterar textos sânscritos fazendo surgir considerações fonéticas;

(iv) entre os babilônios encontramos igualmente listas de palavras, três milênios antes de nossa era;

(v) entre os gregos Protágoras de Abdère compila, no quinto século antes de nossa era, um léxico de palavras difíceis que encontramos em Homero.

Em outras palavras, Auroux sublinha que nessas tradições o florescimento do saber linguístico tem sua fonte no fato de que a escrita, *fixando* a linguagem, objetiva a alteridade – a linguagem de outro povo, de uma tradição antiga, do texto de um autor remoto etc – e a coloca diante do sujeito como um problema a resolver (pp. 22, 23).

⁹ A leitura de Taylor 2000 leva-nos a compreender, mais além, que a ação reflexiva central ao funcionamento e desenvolvimento da linguagem humana está registrada não apenas nas palavras e formas de expressão oral reflexivas, mas também em técnicas conversacionais, em todo o tipo de jogo de linguagem para falar, fazer referência, comentar sobre, expressar opinião, criticar, expressar opinião diferente, propor uma interpretação, questionar, pedir esclarecimento (etc)... algo que alguém falou, escreveu ou sinalizou.

Essa importante história do nascimento da escrita conta-nos simultaneamente parte da história da necessidade recorrente de identificação das unidades linguísticas. A retórica do texto de Taylor (2000) leva-nos, como vimos, a imaginar as consequências da supressão do caráter reflexivo da linguagem. A primeira consequência listada pelo autor é o imediato desaparecimento, impossibilidade de existência da forma escrita, e, conseqüentemente, a perda, por parte dos falantes letrados, do legado que a forma escrita traz, dentre eles o reconhecimento de que nela se representam partes da fala – entre elas, no ocidente, as palavras.

Por outro lado, com o advento da escrita, podemos afirmar que a credibilidade na concepção da linguagem como código foi, de certa forma *consolidada*, uma vez criado o critério ortográfico (ocidental) de identificação das unidades do *código*: as palavras. A seção seguinte tratará de apresentar os critérios de identificação das palavras adotados pelas tradicionais e hegemônicas teorias linguísticas de origem eurocêntrica. Em face do que nos ensina Aurox, será notável a conclusão de que, diante do problema da identidade da palavra, haja recorrência tão frequente ao critério ortográfico.

3.3. Sobre os critérios tradicionalmente aventados para a definição da unidade *palavra*

Tradicionalmente, pode-se afirmar, seguindo recensão de Saeed (1997), que, mesmo reconhecendo que há uma série de problemas para identificar a palavra como unidade linguística, os estudos linguísticos estabeleceram alguns critérios para a sua identificação no nível da escrita, (palavra ortográfica) no nível da fonologia (cadeia sonora), no nível morfossintático (palavra gramatical) e no nível semântico (unidade de significação). Esta seção dedica-se a uma breve apresentação e exame desses critérios. Os critérios “tradicionais” aqui apresentados, além da orientação geral apontada por Saeed, estão balizados por diretrizes e parâmetros gerais informados, principalmente, por Basílio (2003, 2004).

Pelo **critério ortográfico** define-se como palavra a sequência de caracteres que aparece entre espaços e ou pontuação e que corresponde a uma sequência de sons que forma uma palavra de uma língua. Segundo Basílio (2004: 13), é preciso considerar a segunda parte da definição para que não contem como palavras do português, por exemplo os dados de um enunciado como **Jô vaju one*. A segunda parte, na verdade, parece nos devolver a questão sobre o que é uma palavra de uma língua...

O **critério fonológico** procura caracterizar a identidade acústica da palavra. Na língua falada não fazemos pausas sistemáticas entre os elementos que definimos como palavra pelo critério ortográfico. Segundo Krámský (1969: 29), a identidade acústica da palavra é um dos problemas mais cruciais da linguística. Nos termos desse linguista, essa complexidade é tão significativa que normalmente prefere-se não se discutir muito esse critério e tratá-lo da forma mais simplificada possível. Dessa forma, alerta o linguista, a fim de não distorcer a realidade, é bom que tenhamos em mente que esse, como muitos outros conceitos em linguística foram reduzidos, simplificados, para que pudéssemos realizar análises e estabelecer relações estruturais entre as línguas; o que seria impossível sem tais simplificações.¹⁰

Uma das questões que reforçam a complexidade desse critério é, conforme problematiza Krámský, que devemos nos perguntar se é possível garantir que o mesmo falante sempre articulará os sons de uma mesma palavra (seus fonemas) e a própria palavra, como um todo, de uma mesma forma. O que, então, pode nos garantir alguma estabilidade para o critério fonológico da unidade palavra?

Partindo para uma explicação simplificada desse critério, nos termos de Basílio (2004:16,17), pode-se, com alguma segurança, apontar as seguintes características para se identificar a palavra no nível fonológico:

- (i) a palavra é uma sequência fônica que ocorre entre pausas potenciais;¹¹

¹⁰ Talvez esteja na gênese dessa simplificação, o fato de que, por muito tempo, a linguística em seus estudos comparativos e históricos teve como material de análise a modalidade escrita. A primazia da língua falada sobre a língua escrita inicia-se com a distinção *langue-parole* de Saussure em época relativamente recente (meados do século XX em diante).

¹¹ Tais pausas potenciais são definidas pelos grupos de força, que, por sua vez, dependem da tonicidade das sequências de vocábulos. Matoso Câmara (1964: 351) representa o grau de tonicidade da seguinte forma: sílabas pretônicas – grau 1; sílabas postônicas – grau 0; sílabas tônicas – grau 3; sílabas subtônicas grau 2. Matoso propõe que as fronteiras fonológicas são traçadas pelos contrastes: 0 -1; 0 -2; 0 - 3; 2-1; 2 -2; 2 - 3.

- (ii) as unidades das línguas que se agregam fonologicamente a uma palavra, são conhecidas como clíticos; em português os artigos e os pronomes pessoais –o, -a, -me, -te, -se etc não apresentam acentuação própria e se integram à pronuncia dos substantivos e verbos e compõem palavras fonológicas, que no entanto não correspondem às palavras morfológicas ou ortográficas das línguas;
- (iii) do ponto de vista fonológico as preposições também são clíticos, elas muitas vezes integram locuções com valor adverbial (*a pé, de manhã, de repente, de lado, em cima etc*); embora consideradas como palavras do ponto de vista gráfico, essas expressões, chamadas tradicionalmente de locuções, ilustram as dificuldades de identificação da palavra, pois apresentam unidade de significado e uso e também são morfológicamente unificadas, não permitindo elementos interferentes (*de alguma manhã, *a todo pé, *a pé esquerdo etc).

Segundo essas marcas fonológicas para delimitação das fronteiras entre as palavras na língua falada, a frase *O rapaz lhe telefonou?*¹² é composta de duas palavras fonológicas /uRa'paz/ /l'i:telefo'now/ e quatro palavras ortográficas.

O critério morfossintático é aquele que reconhece que uma mesma palavra pode apresentar diferentes formas devido ao caráter flexional de línguas como, por exemplo, o Português. Tais flexões decorrem das relações sintáticas envolvidas no enunciado. Assim, na terminologia de Matthews (1974) haverá para as palavras lexicais uma entidade abstrata, uma unidade básica do léxico, que possui uma classificação sintática e é representada em letras maiúsculas, por exemplo, ANDAR (Verbo), BELO (Adjetivo), LIVRO (Substantivo), e que é denominada *lexema*.

Do ponto de vista morfológico ou gramatical, as palavras (flexionadas ou não) seriam manifestações linguísticas de seus lexemas (cf. Laroca, 2001: 24). O

¹² Exemplo retirado de Laroca, *Manual de morfologia do Português* (2001: 23).

critério morfossintático é definido também pela coesão interna dos elementos formadores daquela unidade. Em um composto do tipo *custo Brasil* identifica-se uma unidade morfossintática, já que não é possível inserir nenhum elemento entre seus constituintes: **custo bem Brasil*.

Outro princípio para se identificar a palavra no plano morfossintático é o da permutação: a possibilidade de uma palavra trocar de posição com outra na mesma frase confere a ela independência morfossintática. Por esse critério, por exemplo, a sequência *me telefonou e telefonou-me*, não é uma palavra morfossintática, pois há a independência dos dois constituintes, o que revela a autonomia e o *status de palavra* de cada um dos vocábulos. O que não ocorre, por outro lado, com fenômenos linguísticos de Incorporação nominal ao Verbo, atestados, por exemplo, em línguas indígenas norte-americanas, em que ocorre a formação de um Verbo morfologicamente complexo constituído de *afixos flexionais verbais* (marcando Tempo e Concordância) + *raiz nominal* + *raiz verbal*. Em Português do Brasil fenômeno semelhante acontece em sentenças do tipo *Buscar menino no colégio, procurar emprego, comprar pão*, etc, que, entretanto apresentam menor nível de *soldadura* entre Verbo e Nome, e preservam a independência morfológica de seus constituintes. Tais sentenças foram objeto de estudo da tese de doutoramento de Maria Elizabete Saraiva (1997), e também de minha dissertação de Mestrado (2005)¹³.

O critério semântico define a palavra como uma unidade de significado. O que equivale a uma explicação bem pouco clara dada a complexidade da noção de significado linguístico. O que vem sendo adotado para esse critério é o entendimento de que uma unidade de significado deverá ser uma palavra que mesmo isoladamente possua um significado próprio. A definição de forma livre mínima, de Bloomfield, tem sido o mais estável ponto de partida para se pensar uma definição de palavra levando-se em consideração a sua relação com o significado. Bloomfield (1933: 178) formulou a célebre definição antes já citada e transcrita abaixo:

¹³ *Buscar menino no colégio* – a questão do *SN Nu* Objeto Incorporado em Português (Saraiva, 1997); *Buscar menino no colégio, pular carnaval na Bahia*, e, ainda por cima, *jogar lenha na fogueira*: retomada de um diálogo sobre a questão da geratividade na linguagem. (Ferreira, 2005).

Uma forma livre que consista inteiramente de duas ou mais formas livres, como por exemplo *Poor John* ou *John ran away* ou *Yes, sir*, é uma frase. Uma forma livre que não é uma frase, é uma *palavra*. Assim, uma palavra é uma forma livre que não consiste de duas ou mais formas livres; resumindo, *uma palavra é uma forma livre mínima*. (grifo nosso)

Assim, pode-se deduzir que **Forma livre** é aquela que pode por si só constituir um enunciado, ao contrário da forma presa, ou afixo, que só pode ocorrer em conjunto com outra, da qual depende. Essa constituição isolada do enunciado diz respeito, por exemplo, ao fato de que a comunicação é suficiente por meio dessa forma livre isolada, isso significa dizer que ela deve responder sozinha a perguntas do tipo *Como sua mãe se chama?* – **Alice**. *Alice*, então, é uma palavra que por si só, isoladamente significa algo. Esse tipo de análise exclui as palavras gramaticais como o artigo, as preposições, conjunções etc, que Câmara definiu, complementando o critério Bloomfieldiano, como **formas dependentes**: aquelas que dependem de outras para ocorrer, embora não estejam soldadas à forma da qual dependem (cf Basílio 2004: 17).

O critério semântico encontrará problemas com a existência de palavras fonologicamente idênticas, mas de significado distinto, um delicado problema para a análise linguística – o da distinção entre homonímia (*canto* (*música*), *canto* (*espaço físico*), e polissemia, caso de significados estendidos, do tipo *fio*, em *fio elétrico* e *fio da meada*.

3.4. Aplicando os critérios de identificação da unidade palavra

Para termos uma idéia das dificuldades envolvidas na aplicação dos critérios acima, tomemos a seguinte sentença de Montaigne:

Apenas pelas palavras o ser humano alcança a compreensão mútua. Por isso, aquele que quebra a sua palavra atraiçoa toda a sociedade humana. Essa sentença, submetida aos critérios examinados na seção anterior é constituída de quantas palavras?

A resposta a essa pergunta passa primeiro pelo seu desdobramento em outras questões do tipo: *você está falando de que palavra, a ortográfica, a fonológica, a morfossintática ou a semântica?* É certo que para cada um desses níveis encontraremos um resultado numérico diferente.

O critério mais consensual será o **critério ortográfico**, pelo qual todos diriam que a sentença em foco é composta de **23 palavras**. Pelo **critério fonológico** é possível dizer, sem grandes cálculos, que este número reduzirá. Em muitos modelos, todos os artigos, preposições, conjunções e pronomes átonos, ou seja, todos os vocábulos átonos serão incorporados aos vocábulos com sílabas tônicas em sua adjacência, formando diferentes fronteiras acústicas, diferentes palavras fonológicas. Nesse caso, seriam reduzidas pelo menos 7 palavras ortográficas, totalizando **16 palavras fonológicas**.

No que diz respeito às palavras no **critério morfossintático** também teremos um novo número. Há nessa sentença os vocábulos *palavras* e *palavra* que contarão como variantes de um único lexema PALAVRA; embora reconheçamos na unidade *pela* originalmente a existência de dois constituintes morfologicamente independentes, tais constituintes ou unidades sofreram um processo de aglutinação da preposição *per* e do artigo arcaico *la*, o que, para a contagem morfossintática aqui proposta, indica-nos hoje a existência de uma única unidade linguística, a palavra *pela*. Dessa forma, das iniciais 23 palavras ortográficas, observamos a redução morfossintática de uma única unidade em função da variação do lexema *palavra*. Contamos assim, na sentença posta, **22 palavras morfossintáticas**.

Pelo prisma do **critério semântico** percebe-se uma diferença de significado relevante entre a primeira e a segunda manifestação do lexema PALAVRA. Na primeira acepção trata-se da palavra como unidade linguística, enquanto que na segunda o filósofo sai do campo linguístico para o sentido enciclopédico, polissêmico da palavra no campo da moral, do figurativo. Então, no nível semântico, postulamos duas palavras distintas ou duas acepções da mesma palavra? Optamos pela polissemia, o que significa dizer que estamos tratando da mesma palavra. O composto *ser humano*, no que diz respeito a significação também difere dos demais critérios, pois *aponta* para um único referente, para um único significado. E o que dizer dos conectivos (artigos, preposições, conjunções etc)? A rigor também não seriam palavras pelo critério

semântico, o que nos deixaria um número bem reduzido de palavras segundo a perspectiva semântica, **15 palavras**.

3.5.

Reconhecimento do problema: um inventário de constatações e reclamações

A dificuldade em saber o que é uma palavra encontra-se registrada em textos sobre a linguagem e suas unidades de autoria diversa dentro da linguística, filosofia da linguagem, antropologia, psicologia, e outras áreas afins. O inventário que ora apresento segue a pergunta retórica “afinal o que é uma palavra?”, e contará com a exposição das reclamações e insatisfações de linguistas, filósofos, antropólogos e estudiosos da linguagem em geral acerca dos problemas encontrados nas (in)definições dadas à palavra.

Todos consentem que há um certo grau de tranquilidade e estabilidade resultantes do critério ortográfico. Entretanto, mesmo esse critério pode facilmente ser reputado como insatisfatório, uma vez que ele não nos dá a chave, os princípios que sustentam tal acordo, e sobretudo porque se equilibra sem nenhuma força na linguística pos-saussureana, que instaura o primado da fala sobre a escrita.

O filósofo analítico Quine, na obra *Word and Object*, 1960 (pp. 13, 14), reconhece, embora confesse que para o propósito de sua argumentação se valerá do conceito de palavra ortográfica, o quão imprecisos e obscuros são os princípios que definem essa categoria da gramática, e argumenta, enfocando a distinção *palavra x frase*, que “o que conta como palavra, contra uma cadeia de duas ou mais, é menos evidente do o que conta como frase”, e sobre os princípios por trás do uso que se faz dos espaços em branco, constata, “são pouco claros” (idem). Considera a possibilidade de que nos desfaçamos desse princípio do texto impresso e passemos “a chamar frase de palavra, como fazemos, por exemplo, com *Ouch*, se consideramos que frases desse tipo são aprendidas como um todo e não pela composição de partes” (p. 14). Encerrando essas considerações, Quine conjectura, no entanto, que esse seria um plano precário, pois tornaria a fronteira

das palavras uma função da história pessoal do aprendiz da linguagem na infância, e, decide-se para a tarefa que se propõe “tratar da forma como se aprende as palavras”, conformar-se com o critério ortográfico tradicional para a definição das palavras e dar prosseguimento ao seu programa investigativo sobre a linguagem.

Alguns, como Quine, acabam se contentando com o critério ortográfico para o tratamento da fronteira entre as palavras, ou para a distinção entre palavras e frases; contudo essa atitude não representa a maioria do posicionamento dos estudiosos da linguagem em relação ao problema. Esse tem sido visto, especialmente na opinião dos linguistas de diversas épocas e filiações, como um grande embaraço para a linguística.

Organizaremos o inventário de reclamações que selecionamos a partir de obras que em maior ou menor grau, organizam tematicamente artigos e capítulos sobre o assunto, e também a partir de diferentes fontes de pesquisa não organizadas em torno desse problema, mas nas quais encontramos, em momentos importantes do texto, os tropeços e percalços enfrentados pelo linguista, ou estudioso da linguagem, diante da (in)definição da palavra como categoria e unidade das línguas, ou diante da imprecisão técnica do termo *palavra*. Assim as seções terão as seguintes denominações: (3.5.1) O embaraço da palavra em *Word: a cross-linguistics typology*, (3.5.2) O embaraço da palavra segundo o volume temático *A delimitação das unidades lexicais*; (3.5.3) De Saussure aos cognitivistas; e (3.5.4) O *problema* pela ótica de linguistas de inspiração wittgensteiniana.

3.5.1.

O embaraço da palavra em *Word: a cross-linguistics typology*, de Dixon & Aikhenvald

Na obra *Word: a cross-linguistics typology*, Dixon & Aikhenvald (2002) abrem o capítulo 1 com as perguntas “Quais são os critérios que definem a palavra?”, e “A ‘palavra’ como tradicionalmente é compreendida, é uma unidade que se pode reconhecer em todas as línguas?”.

¹⁴Antes de elencarem as inúmeras reações insatisfeitas dos linguistas e estudiosos da linguagem com a (in)definição da palavra, os autores apresentam e destacam a tradicional centralidade reservada à *palavra* na teia da linguagem, citando, por exemplo passagens de textos clássicos de autores como Bolinger para quem na linguagem tudo gira em torno da palavra:

(...) para os leigos, falar é uma questão de reunir palavras, escrever é uma questão de ortografia e espaçamento corretos, traduzir é uma questão de fazer com que palavras de uma língua sejam substituídas por palavras equivalentes em outra língua, o significado é uma questão de definição da palavra, e a mudança linguística é apenas uma questão de acréscimo, perda de partes da palavra. (Bolinger, 1963: 113)

E, também, Lyons:

A palavra é a unidade por excelência da teoria gramatical tradicional. É a base da distinção que frequentemente é feita entre morfologia e sintaxe, e é a unidade principal da lexicografia. (Lyons, 1968: 194)

Os autores reconhecem e destacam também, fato relevante para este estudo e já sublinhado no capítulo anterior, que grande parte do que já foi escrito sobre a palavra é de origem eurocêntrica; o que significa dizer que muitos dos critérios que temos para a palavra não se aplicarão satisfatoriamente a línguas ameríndias polissintéticas, ou línguas orientais ideográficas, por exemplo. Sustentam ainda que (i) não são todas as línguas que possuem um lexema para ‘palavra’, e que (ii) as línguas tendem a criar o termo ‘palavra’ desde que expostas à modalidade escrita da língua.

Como já se disse, revisando sua própria obra, Dixon afirma que Dixon (1977a: 88) estava equivocado ao afirmar que ‘toda ou quase toda língua tem uma palavra para “palavra”’. Atualmente o autor estabelece que tal proposição é incorreta; reforça também que está igualmente incorreta a afirmação de Wierzbicka (1996, 1998) de que a ‘palavra’ é um primitivo semântico universal.

Kramsky (1969), reportando-se à sugestão de Milewski (1951) de que em todas as línguas do mundo há três casos de unidades morfológicas, que são os

¹⁴ Decidimos, antes de seguir para aquilo a que este capítulo se destina – apresentar as reclamações e insatisfações dos linguistas com o “problema da palavra”, reportar os termos iniciais em que Dixon & Aikhenvald abrem a obra, por acreditarmos que de alguma forma seus termos funcionam como uma retomada de problemas e pressupostos sobre a unidade palavra sobre os quais tratamos anteriormente e que nos auxiliam a apresentar os problemas e insatisfações que, em parte, deles decorrem.

morfemas, os grupos sintáticos e as orações, postula que, para línguas norteamericanas polissintéticas, o que satisfaz o critério para ‘palavra’ é o ‘grupo sintático’ proposto por Milewski. Nesses termos Kramsky pondera: (...) “É claro que a unidade palavra pode ser reconhecida em línguas polissintéticas, ocorre que elas são apenas muito maiores e mais complexas do que as palavras às quais os linguistas estavam acostumados àquela época” (74; 75)

Lyons (1968: 197) prefere um trajeto diferente, simplificador, conciliador. Reconhece que na gramática clássica o termo ‘palavra’ foi utilizado com a acepção de semantema, e observa que o uso moderno tende a empregar ‘word’ como uma etiqueta para ‘molécula sintática’, e sugere a padronização desse uso.

Dixon & Aikhenvald (pp. 2-5), registram, ainda, a dificuldade de definição da palavra, reproduzindo algumas propostas que, segundo eles, são terrivelmente complexas e claramente infringem o princípio de que uma definição não deveria ser mais difícil de compreender do que a palavra que ela pretende definir. Ilustram essa situação curiosa com definições dadas por Longacre (1964: 101) e Kramský (1969: 67), destacadas abaixo:

Uma classe de sintagmas de uma ordem hierárquica comparativamente baixa, abaixo de sintagmas como a frase e a oração e acima sintagmas como o radical, (assim como acima de raízes que não têm estrutura externa e, portanto, não são sintagmas). Essa classe pode conter estruturas muito variadas... As palavras tendem a ser sequências ordenadas rigorosamente, que contêm tagmas que (a parte daqueles manifestos pelos radicais) são manifestos por classes próximas de morfemas que não são estendidos a sequência de morfemas, e que fornecem apenas segmentos estereotipados de informação. (Longacre (1964: 101), hipótese concebida a partir do quadro teórico da tagmêmica)

A palavra é a menor unidade independente da língua que se refere a uma certa realidade extra-linguística, ou a uma relação de tais realidades, e que se caracteriza por certos traços formais (acústicos, morfêmicos) de forma real (como uma componente independente do contexto) ou potencial (como uma unidade do plano lexical). (in *The Word as a linguistic unit*, Kramsky, 1969)

Para encerrar esta etapa, selecionei o questionamento e provocação de Bolinger (1963: 113), como um catalisador do sentimento de uma época sobre a dificuldade de se definir e de se utilizar de forma satisfatória, em teorias, pesquisas e análises linguísticas, uma definição da palavra como unidade de língua: “Por que será que o elemento da linguagem que o falante inocente sente que conhece melhor é aquele sobre o qual o linguista sabe menos?”

3.5.2.

O embaraço da palavra segundo o volume temático *A delimitação das unidades lexicais*

Os artigos da revista *Palavra* (1999), volume temático intitulado *A delimitação das unidades lexicais*, abordam exaustivamente a questão da definição e o estatuto da palavra, apresentando recorrentemente dificuldades e reflexões semelhantes às destacadas abaixo:

Surge, portanto, não apenas uma questão teórica, mas igualmente um problema fundamental de análise: que unidades deverão ser consideradas como palavras, a partir de que critérios, como definir e justificar as marcas pertinentes. (Basílio, p. 9, *Questões clássicas e recentes na delimitação das unidades lexicais*.)

Tanto as combinações mais rígidas (como as expressões fixas) quanto as combinações mais frouxas (como as construções com verbo-suporte) são, em lexicografia, questões do domínio que tradicionalmente se tem denominado **fraseologia**, mas não têm entrada nos dicionários como unidades fraseológicas compondas, sim, indicações internas à entrada do verbo que encabeça (e rege) a construção. Em princípio, os dicionários gerais das línguas – tanto monolíngues como bilíngues – registram como entradas palavras isoladas, nunca construções gramaticais, combinações ou frases feitas, o que não significa que as entidades “unidade lexical” e “palavra” estejam recobrando o mesmo conceito. (Moura Neves, p. 111. *A delimitação das unidades lexicais: o caso das Construções com Verbo-Suporte*)

Biderman, nessa mesma obra, no artigo “O conceito linguístico de palavra”, narra, sobre a história do problema da palavra e das discussões em torno dele, que no VI Congresso Internacional de Linguística, realizado em Paris, em 1948, onde deveriam ser discutidas as noções fundamentais da Linguística Clássica, tais com a Palavra, a Frase, a Morfologia, a Sintaxe, esses conceitos foram duramente questionados, chegando, por exemplo, ao extremo da proposição da completa *proscrição do conceito de palavra* da linguística devido à sua imprecisão e à impossibilidade de se chegar a um acordo sobre uma definição ideal. Vejamos o relato de Biderman, ressaltando uma importante consequência dessa hipotética proscrição:

(...) Alguns linguistas, como Holt, até propuseram o banimento do conceito de palavra da Linguística. Entretanto, uma vez abandonada a noção de palavra, todas as noções básicas, construídas em torno dela e sobre ela, perdem o pé. (Biderman, p. 81, *O conceito linguístico de palavra*).

3.5.3. De Saussure aos cognitivistas

Nesta subseção, como sugere o título, procuraremos retratar a apreensão do problema da palavra, na retórica de emblemáticos linguistas, estruturalistas e cognitivistas, começando pelo “pai” do estruturalismo linguístico. Registramos, abaixo, importantes questionamentos do célebre linguista sobre a identidade das partes do discurso. Sobre a dificuldade de apreensão dessas unidades e sobre a inexistência de dúvida de suas existências, Saussure (1975: 124) enfatiza.

“a língua apresenta, pois este caráter estranho e surpreendente de não oferecer entidades perceptíveis à primeira vista, sem que se possa duvidar, entretanto, de que existam e que é seu jogo que a constitui, trata-se sem dúvida, de um traço que a distingue de todas as outras instituições semiológicas.”

Isso posto, o linguista começa a discutir e debater a seguinte pergunta, “que é uma identidade sincrônica?”. Lançada essa questão, prossegue a discussão dirigindo-a para a identificação das unidades linguísticas e sublinhando que se trata de uma identidade distinta daquela que os linguistas estavam acostumados a realçar até então, como por exemplo, quando identificavam e relacionavam a negação francesa *pás* ao latim *passum* (1975: 124). Comenta, fato relevante para importantes pontos deste estudo, que “a linguística trabalha incessantemente com conceitos forjados pelos gramáticos, sem saber se eles correspondem realmente a fatores constitutivos do sistema da língua” (1975: 127), e por fim, completa seu raciocínio ao final desse capítulo com a importante constatação, que acompanha a retórica confessional a que este capítulo parcialmente se dedica:

Do ponto de vista prático seria interessante começar pelas unidades, determiná-las e dar-se conta de sua diversidade, classificando-as. Cumpriria buscar em que se funda a divisão em palavras – pois a palavra, malgrado a dificuldade que se tem para defini-la, é uma unidade que se impõe ao espírito, algo central no mecanismo da língua; (...) Com determinar dessa maneira os elementos que maneja, nossa ciência cumpriria integralmente sua tarefa, pois teria reduzido todos os fenômenos de sua competência ao seu princípio primeiro. Não se pode dizer que os linguistas se tenham jamais colocado diante desse problema central, nem que lhe tenham compreendido a importância e a dificuldade; em matéria de língua, contentaram-se sempre em operar com unidades mal definidas. (Saussure, *Cours*, 1975: pp. 128,129)

Matthews (1974), na obra *Morphology: an introduction to the theory of word-structure* sobre a dificuldade frequente de encontrar uma única formulação para a palavra, conclui:

(...) em qualquer termo que usarmos, (palavra gramatical, palavra fonológica, lexema etc), a discrepância estará presente. O problema real, em uma língua pouco flexionada como o Inglês, é determinar onde deveriam ser traçadas as fronteiras entre ‘lexemas palavras’ (*Word lexemes*) e ‘lexemas idiomáticos’ (*idiom lexemes*). Essa fronteira pode verdadeiramente ser traçada de forma tão clara e definitiva como desejaríamos? (...) (p. 35)

Matthews, ainda, no capítulo “What are words”, da obra *Morphology* (1991), abre a seção com a seguinte constatação e *desabafo*:

Muitas definições têm sido dadas para a palavra, se alguma delas tivesse sido bem sucedida eu a teria dado há muito tempo atrás, ao invés de evitar o assunto até agora. (p. 208)

De forma semelhante, Pinker, no capítulo “Words, words, words”, em *The language instinct*, (1994: 147), chama a atenção para a convivência constante dos teóricos da linguagem com o desconforto gerado pela imprecisão técnica do termo palavra na linguística. Constata que definir a *palavra* em palavras é complicado (“A word, in a word, is complicated. But what in the world is a word?”). Retomando o capítulo anterior da mesma obra, pontua que foi dito que as “palavras podem ser formadas a partir de partes por regras morfológicas” e questiona: “mas então o que as faz diferentes de sintagmas e frases?” E pondera que já se havia acordado que a palavra *palavra* deveria ser reservada para algo passível de memorização, para aquilo que Saussure chamou de signo arbitrário. Finaliza com a seguinte afirmação: “o quebra-cabeça surge do fato de que a palavra cotidiana ‘palavra’ não é cientificamente precisa.” Continuando, define o conceito de palavra que havia lhe servido até então:

(...) O conceito de palavra que usei até aqui é o de um objeto linguístico que, ainda que formado a partir de partes menores pelas regras da morfologia, comporta-se como a unidade menor e indivisível, no que diz respeito às regras da sintaxe – um “átomo sintático”, no sentido original da palavra *átomo*, algo que não pode ser separado. (1994: 147,148)

Após essa exposição, Pinker introduz o reconhecimento de que se pode falar ainda de um segundo tipo de palavra, aquela que normalmente é compreendida como procedente diretamente da memória, e que não necessariamente coincide com o primeiro sentido da palavra (o átomo sintático), pois ela pode ser um *ramo da árvore* [referência ao diagrama em árvore do programa gerativo] de tamanho variável. O que levou Dsciullo e Williams a defini-la como um *listeme*,¹⁵ explica Pinker, concordando com os linguistas, é o fato de que ela faz parte de um grupo de palavras que devem ser listadas no léxico aleatoriamente, em função de seu sentido arbitrário e por não se acomodarem às regras gerativas das unidades linguísticas. Observemos o que disse o linguista:

Tomemos as expressões idiomáticas. Não há forma de prever o significado de *kick the bucket, buy the farm, spill the beans, bite the bullet, screw the pooch, give up the ghost, hit the fan, or go bananas* a partir do significado de suas partes usando as regras regulares de Seleção Verbo complemento. *Kicking the bucket* não é um modalidade de *kicking* e os *buckets* não tem nada a ver com isso. Os significados dessas unidades de tamanho sintagmático devem ser memorizados como listemas, como se fossem unidades do tamanho de uma palavra, e dessa forma elas podem ser reconhecidas, de fato, como palavras no segundo sentido. (p.148)

Parece-nos que o linguista adota, então, essas duas versões para lidar com o problema da definição de palavra. O que resvala é a disposição em eleger um sentido central, a palavra como átomo sintático, ao qual as demais “aparições” da palavra devem se aproximar.

No âmbito do modelo em foco neste trabalho, que, sob muitos aspectos, se opõe frontalmente ao gerativismo, chama a nossa atenção a seguinte exposição de A. Goldberg, em *Constructions at work* (2006: 71), na qual deixando transparecer uma retórica um tanto confessional, constata com admiração:

(...) é, de fato, *uma questão de sorte* que as crianças possam aprender aspectos iniciais da linguagem a partir de traços estatísticos dos *inputs* que recebem, uma vez que **não há pistas formais estáveis que permitam a identificação do que sejam palavras, categorias gramaticais ou relacionais nas línguas.** (grifo nosso)

¹⁵ Denominação jocosa que atrela essa categoria a outras como *morphemes, phonemes* e que ilustra o fato de que ela é *listada* aleatoriamente no léxico.

Essa observação da linguista nos causa surpresa e estranhamento por parecer contrastar com postulações da autora que explicam, com elegância, o papel da noção central de *construção* e suas favoráveis implicações no processo de aquisição da linguagem, fenômeno que é regularmente tão abordado como “misterioso” por outras teorias, que postulam, inclusive, a existência de um módulo especial plantado em nossa mente, responsável por semear as bases dessa milagrosa aquisição.

Na obra *Philosophy in the flesh: the embodied mind and its challenge to Western Thought* (1999: 499), Lakoff e Johnson, no capítulo sobre a linguística cognitiva (a teoria da segunda geração), deixam-nos entrever, uma significativa imprecisão e oscilação de usos dos termos *item lexical e palavra*, e, ainda, uma destacada instabilidade do alinhamento entre forma fonológica e conceitos individuais. O texto abaixo ilustra a imprecisão e oscilação terminológica acima sublinhada:

Nos casos mais simples, *itens lexicais* são pareamentos de formas fonológicas com *conceitos individuais*. Mas esses casos mais simples, são raras exceções. Polissemia é a norma. A maioria das *palavras* tem um número de *significados* relacionados sistematicamente. Muitos casos de polissemia são sancionados por metáforas conceituais – projeções entre domínios do sistema conceptual. Assim, uma *palavra* como *come*, com um sentido central de movimento no espaço, tem sentidos adicionais, definidos via metáfora, no domínio tempo. De fato, cada uma das metáforas básicas permite um sentido estendido de *come*. Em uma frase como “Christmas is coming”, a Metáfora do deslocamento no espaço para deslocamento no Tempo estende *come* para o domínio tempo. Em “We’re coming up on Christmas”, a metáfora de Observadores são Objetos que se deslocam no espaço estende *come* para o domínio tempo de uma forma diferente. A *palavra come* é assim alinhada não apenas com um *conceito*, mas com uma categoria radial de conceitos que tem um membro central e extensões, muitas das quais são metafóricas. A maior parte dos *itens lexicais* é polissêmica e sua polissemia é definida por relações conceituais sistemáticas entre metáfora e metonímia. (grifo nosso)

Assim, o que podemos inferir é que, para os linguistas, o item lexical registra nos casos mais simples, aqueles em que o paradigma representacionista funciona mais plenamente, um alinhamento direto, *um a um*, entre a forma e o conceito que ela expressa. O linguista reconhece, contudo, que essa é a rara exceção – a norma parece ser a polissemia, a norma é que **as palavras, não os itens lexicais**, fujam a esse alinhamento simples e se expandam para vários significados. A troca de *item lexical* para *palavra* quando a polissemia surge,

parece registrar uma ideia originária em que se reserva ao item lexical, termo fundado na teoria gerativa, uma conformação com uma relação mais estável e previsível entre os elementos da linguagem e os elementos do mundo ou da mente a que esses itens se referem. Por fim, o linguista admite a penetração dessa relação polissêmica no item lexical, *contaminado pela irregularidade das palavras*, mas que pode ser explicada, nessa abordagem da gramática, pelos cruzamentos de relações metafóricas e metonímicas, elementos que na visão clássica eram fontes dos desvios na linguagem, e que na linguística cognitiva figuram como responsáveis pela estabilização de uma certa *deriva* do sentido literal.

3.5.4.

O problema pela ótica de linguistas de inspiração wittgensteiniana

Por outro lado, Sylvain Auroux (1992), conflitando de certa forma com a flutuação terminológica que apresentamos na abordagem de Lakoff (1999), afirma, a partir de uma perspectiva histórica, que a gramática, entre todas as disciplinas científicas, é, sem dúvida a que possui o *vocabulário teórico próprio* mais estável e mais antigo: trata-se de categorias gramaticais, e, mais especialmente, das classes de palavras ou partes do discurso (grego: *mere logou*, latim: partes *orationisi*;). Continuando, o autor reflete que, contudo, a gramática repousa sempre sobre uma análise da cadeia falada. E sobre essa prática, entre outras asserções, o autor destaca a seguinte dificuldade para a definição da palavra:

Por seu recurso às partes do discurso, a elaboração ocidental do tratamento das línguas, tanto europeias quanto extra-europeias, pressupõe que a decomposição da linguagem em *palavras* é algo absolutamente essencial. Devemos, pois, definir o espírito geral dessa análise – quaisquer que sejam os caminhos e técnicas seguidas – a partir do tipo de unidade ao qual ela chega. **Não é muito fácil definir o que se deve entender por “palavra”, mas as três exigências seguintes, agindo sobre a operação de decomposição da cadeia falada, permitem fazer uma ideia.** (grifo nosso) (p. 102)

As exigências postuladas por Auroux para a composição do que se deve entender por palavra dizem respeito primeiramente à necessidade de que as

palavras sejam concebidas como signos, ou seja, que não se exclua delas a significação, mesmo que esta seja determinada apenas contextualmente, o que irá excluir letras, sons etc; a segunda exigência estabelecida é que se observe o fato de que a cadeia linguística é um arranjo de palavras, o que significa dizer que a palavra deve possuir uma certa autonomia, elas devem funcionar como átomos da expressão linguística. Por fim, a terceira exigência é que seja, também, observado, que além do arranjo de palavras, a obtenção de uma expressão linguística dependerá sempre de modificações internas das palavras.

Sobre a adequação do conceito ocidental de palavra à variedade tipológica das línguas, Auroux faz considerações de grande importância para o encaminhamento desta pesquisa, que alinhadas à visão wittgensteiniana da linguagem como forma de vida, demonstram sensibilidade à diversidade tipológica das línguas, e indicam o tratamento pouco adequado que a tradição gramatical ocidental dedica a essa diversidade, e que é parcela significativa da gênese do problema da identificação e reconhecimento da palavra como unidade linguística:

É claro que a constituição ocidental das classes de palavras deriva de escolhas teóricas que não eram todas absolutamente necessárias. Poderíamos ter construído a teoria gramatical de modo diferente, dando lugar central ao morfema e não à palavra. A oposição entre flexão e derivação, notadamente, parece bastante frágil, e os gramáticos do Sânscrito souberam passar sem ela: como o nota Pinault (vol I: 374), “para Panini, não há senão afixos que se distinguem somente pela sua coluna na cadeia da derivação”. *A categoria da palavra não é das mais cômodas para tratar das línguas aglutinantes ou polissintéticas, e os gramáticos ocidentais vão ter muita dificuldade em tratar as línguas ameríndias a partir do modelo ocidental do dicionário de palavras.* (grifo nosso) (p. 103)

Nigel Love (2004), na seção intitulada “A identificabilidade das unidades linguísticas”, apresenta, em favor de sua argumentação contra a noção generalizada de linguagem como um código com elementos estáveis que se combinam de forma previsível na formulação dos enunciados, vários exemplos e formulações interessantes sobre o funcionamento das unidades de um código.

Observa que, adotada essa visão da linguagem como código, tendemos a agir, na maioria das circunstâncias, como se não houvesse espaço para dúvidas acerca de como identificar e individualizar as “abstrações representadas pelos enunciados”. Após várias considerações e questionamentos como:

Há duas palavras com a ortografia c-r-o-i-s-s-a-n-t, uma francesa, uma inglesa, ou apenas uma? Se decidirmos que o Inglês pegou emprestado a palavra francesa, isso significa que a palavra *croissant* clonou a si mesma? (o que exatamente, esse processo envolve?) O que dizer se perguntarmos se a criança, adquirindo a língua inglesa, que diz [ʌgəʊʌgə], significando (aparentemente) *helicóptero*, ou em último caso [dɛwibu], significando (aparentemente) *telefone*, pode realmente considerar-se que ela enunciou as palavras *helicóptero* e *telefone*? (p. 698),

Love comenta de forma provocativa sobre a alegada estabilidade das unidades do *código linguístico*: “(...) é difícil entender a ideia de que em um código torna-se impossível identificar, sem ambiguidades, as unidades operacionais da qual o código alegadamente se constitui.” (p. 699)

O antropólogo Tomasello, na obra *Constructing a language – usage based theory for language acquisition* (2003) – reproduzindo Wittgenstein (§108) e recorrendo a uma metáfora cara também a Saussure – questiona e pondera na citação de abertura do capítulo III da obra: “A pergunta o que é de fato uma palavra?” é análoga à pergunta ‘O que é uma peça no jogo de xadrez?’ A analogia feita por ele entre a peça do jogo de xadrez e a *palavra* leva-nos a refletir sobre os nossos próprios atos quando jogamos xadrez e usamos suas peças. Como cada peça ganha sua identidade? É pela matéria de que é feita? Pela forma que tem? Quando colocada em seu lugar no tabuleiro?

O que faz de um pedaço de madeira uma peça é seu lugar estrutural no jogo. A peça só tem utilidade e sentido no jogo; fora dele ela pode até ser vista, entre outras coisas, como um artefato de madeira que imita ou representa uma certa figura externa. Hacker & Baker ([1983] 2005: 52) comentam:

A semelhança externa das palavras é comparável àquela das peças do xadrez, e não menos enganosa (PG 59). Mas há uma tentação menor em idealizar as peças do xadrez (pensar que o rei, não sendo apenas um pedaço de madeira ou mármore, é uma entidade abstrata (IF seção 108)) do que em idealizar platonicamente ou psicologicamente o significado das palavras (pensar que os significados são entidades abstratas em um mundo extra-real, ou ‘ideias na mente’)

A partir de uma abordagem por ele intitulada como sócio-pragmática, Tomasello investiga os processos de aquisição da linguagem pelas crianças. Informa-nos, como já antecipamos em parte anterior deste trabalho, que mesmo nos jogos de apontar e dar nome, nos quais a criança precisa apenas associar a

palavra que ela está ouvindo com a coisa que está vendo, as coisas não são tão simples como parecem à primeira vista. Exemplifica:

Quando alguém ergue um carro de brinquedo e fala seu nome para a criança, como a criança saberá se o adulto está pronunciando algo como *carro*, *brinquedo* ou *Volkswagen*? Ou, mais grave ainda, como a criança saberá que o adulto está dando nome ao objeto – ao invés de designar suas partes ou propriedades, ou seu proprietário ou alguma ação que está por começar envolvendo o objeto?

Sua reflexão prossegue destacando que, apesar de tais dificuldades, crianças no mundo todo aprendem novas palavras cotidianamente – várias ao dia, uma vez que o processo de aprendizagem tenha sido iniciado – e afirma que “esse é o milagre da aprendizagem de palavras” (p. 32). Tomasello salienta, ainda, que muitos teóricos, diante desse fato “milagroso” – a aprendizagem da palavra e da relação misteriosa que ela estabelece com seu uso e significado – acreditam que as crianças só podem realizar esse feito porque são dotadas de algum auxílio especial, características e princípios especiais que elas já trazem consigo para o processo de aprendizagem das palavras. O autor, por outro lado, informa que adota outra visão dessa mesma empreitada: acredita que a capacidade natural das crianças para o compartilhamento de atenção, para a compreensão da intenção alheia, e a compreensão cultural, as equipam com a “ajuda especial” de que precisam para serem bem sucedidas na difícil tarefa de aprendizagem das palavras.

Taylor (2009) em “Where does language come from? The role of reflexive enculturation in language development”, observa sobre a possibilidade de “conceitos metalinguísticos inatos” que Macnamara (1982), assim como Pinker, afirma que a criança tem uma predisposição inata para reconhecer as propriedades referenciais da linguagem, e acrescenta:

Shwe and Markman (1999) pressupõem que as crianças têm um conceito inato de compreensão do que se quer dizer com um enunciado, enquanto Wierzbicka inclui os conceitos metalinguísticos ‘palavra’, ‘verdade’, e ‘dizer’, entre “os conceitos humanos inatos e indefiníveis que fornecem os alicerces para a cognição e para a comunicação humanas”. (p.5)

Taylor prossegue destacando que sua posição (defendida em Taylor, 1992, 1997) é que nenhuma dessas estratégias retóricas é satisfatória e, além disso, defende que o fracasso na investigação contemporânea no enfrentamento do

problema do cético¹⁶ tem sido um obstáculo sério para o progresso científico, sendo a pesquisa linguística apenas um exemplo dessa dificuldade. No restante desse artigo, ele irá sugerir uma perspectiva a partir da qual uma solução para o problema do cético pode ser entrevista, uma solução baseada no reconhecimento do caráter reflexivo da linguagem (p. 6).

Saeed, na obra *Semantics*, 1997, observa que a habilidade humana muitas vezes pressuposta para a identificar as palavras, que não é ordinariamente entendida como uma habilidade muito ambiciosa, encobre, na verdade,

um grande número de problemas conhecidos nas tentativas de identificação da palavra como uma unidade linguística bem definida” e, prossegue ressaltando que um problema tradicional tem sido o de combinar os vários níveis de aplicação da palavra mencionados acima [escrita, fonologia, sintaxe e semântica], com uma definição geral que responda à pergunta: “o que é uma palavra?”

Sapir, em *Language: an introduction*, 1949, observou, em seus estudos sobre línguas indígenas norte-americanas, que há línguas em que algumas palavras coincidem com uma frase inteira. Em Nootka há um verbo que denota: *eu estou/fui acostumado a comer vinte objetos redondos, [maçãs], enquanto fazia uma coisa e outra*). Sapir salienta que não basta simplesmente usar uma base semântica para definir a palavra; as línguas têm diferentes formas de *empacotar/arranjar* o significado em palavras. O linguista prossegue dizendo que nosso primeiro impulso é, sem dúvida, definir a palavra como uma unidade

¹⁶ A penetração nos estudos da linguagem do que se convencionou chamar de *ceticismo linguístico* vem, para Taylor, de longa data. Suas origens remontam a textos muito antigos como os de Sexto Empírico (*Outlines of Scepticism, e Outlines of Pyrrhonism*) e percorrem toda a história do pensamento, incidindo, preferencialmente, na Antiguidade sobre questões ontológicas, na Modernidade sobre questões epistemológicas (Montaigne, Descartes e Hume), e recaindo na contemporaneidade sobre a linguagem, sobre a possibilidade da compreensão e da comunicação na linguagem humana. Os textos, por exemplo, de Stanley Fish, *Is there a text in this class?* (1980), “Interpreting the *Variorum*” (2001), e Talbot Taylor, *Mutual misunderstanding: skepticism and the theorizing of language and interpretation* (1992), são textos que investigam e discutem o papel do ceticismo no discurso intelectual, em interpretações e teorizações sobre a linguagem. Ver sobre isso El-Jaick (2005, 2009).

Cabe destacar que Wittgenstein, nas *Investigações Filosóficas* “dialoga” boa parte do tempo com o *cético*, seu interlocutor privilegiado. Ciente de que sua proposição antiessencialista, antifundacionalista da linguagem, é uma porta aberta, um convite aos argumentos céticos de desconfiança na possibilidade de acordo via linguagem, Wittgenstein nos brinda com um conjunto de expressões e argumentações que servem como orientação contra a ameaça do ceticismo linguístico.

simbólica, a contraparte de um conceito unitário. Segundo ele tal definição é impossível.

Na verdade é impossível definir uma palavra tomando por base uma perspectiva funcional, pois a palavra pode ser qualquer coisa desde a expressão de um conceito unitário – concreto, abstrato ou relacional (como em ‘de’ ou ‘por’, ‘e’) até uma forma muito maior e mais elaborada como a palavra/frase Nootka acima mencionada.

A partir dessa reflexão o linguista pergunta:

Qual é então, o critério objetivo para a “palavra? O falante e o ouvinte sentem a palavra, mas como justificamos seu sentimento? Se a função não é o critério determinante para a palavra, qual é? (p.34)

Como já tivemos oportunidade de observar, o problema da identidade da palavra se coloca também para aqueles que tomam o ponto de vista wittgensteiniano, conforme resume Harris, em passagem já citada aqui:

Se uma palavra não é um som que representa um objeto, o que ela é? Se o significado de uma palavra não é para ser construído dentro do modelo da nomeação, como ele deve ser construído? Essas perguntas refletem dois lados do mesmo problema. O problema da identidade das unidades linguísticas (1988, 19).

3.6.

Uma formulação quineana do problema da identificação da unidade palavra

O que esperamos ter deixado claro na seção precedente é que o problema da identidade da *palavra* como unidade linguística é um percalço reconhecido na história dos estudos da linguagem. A história parece mostrar também que não se trata propriamente de um problema bem identificado para o qual apenas as soluções são insatisfatórias. Acreditamos ser um tanto elusiva a *própria caracterização* do problema em si mesmo. Parece-nos oportuno, pois, estabelecê-lo aqui na formulação que nos parece mais clara.

Aproveitando o ponto de vista filosófico de Willard Van Orman Quine, filósofo analítico do século XX, sobre a relação palavra e objeto apresentada em sua obra *Word and Object* (1960), reformulo aqui a questão da identidade da palavra. Parece-me que esta fica especialmente clara se tomadano âmbito da situação hipotética de pesquisa de campo denominada pelo filósofo como um contexto de *tradução radical*, definida brevemente como: “tradução a partir de uma linguagem remota à base de evidência comportamental, sem auxílio de dicionários anteriores” (1969: 149).¹⁷

A leitura da obra *Word and Object* de Quine, especialmente o capítulo 2, “Translation and meaning”, apresenta-nos a hipótese de uma experiência com a linguagem em que um linguista de campo, sem o auxílio de intérpretes, coloca-se a tarefa de traduzir a língua de um povo e de uma cultura para ele completamente desconhecidos até então. Na experiência de *tradução radical*, proposta por Quine, o linguista não conta com o auxílio de semelhanças percebidas entre línguas aparentadas, similaridades de ordem linguística ou cultural.

A exploração das consequências dessa experiência linguística de *Tradução Radical* pelo linguista quineano, e, em nossa adaptação futura, pelo linguista cognitivista adepto da teoria da Gramática das Construções, favorecerá a reflexão sobre a dificuldade de extração e identificação da unidade palavra no que diz respeito a seu aspecto formal e também quanto ao aspecto da significação.

Segundo Quine, numa situação de *tradução radical* os enunciados traduzidos primeiramente e com maior segurança tendem a ser aqueles relacionados a eventos presenciáveis, acessíveis à observação e julgados “claros” para o linguista e seu informante. Nesse caso, a situação imaginada é a seguinte:

Um Coelho passa correndo, o nativo diz ‘Gavagai’, e o linguista anota ‘Coelho’ (ou ‘Olhe, um coelho’) como uma tentativa de tradução a ser testada posteriormente. O linguista irá inicialmente evitar colocar palavras na boca de seu informante, até mesmo por falta de palavras para sugerir. (...) então, o linguista pergunta ‘Gavagai?’ a cada uma das várias situações-estímulo, e anota toda vez que o nativo confirma, não confirma, ou nenhuma das duas hipóteses. Mas como ele irá reconhecer a confirmação ou negação do nativo quando a vê ou ouve? Os gestos não devem ser levados em conta como valores universais, os turcos fazem exatamente o contrário dos nossos gestos para afirmar ou negar. O que ele deve fazer é adivinhar por meio da observação e, depois,

¹⁷Entre os inúmeros autores comentam e debatem, o que se convencionou chamar de tese da tradução radical, estão Glock 2003, Gibson 1986, Alston,1986, Rorty 1972.

verificar se sua hipótese está correta. Assim, suponha que ao perguntar ‘Gavagai?’ ou algo semelhante, na presença inquestionável do Coelho ou outro animal quando for o caso, ele tenha obtido a resposta ‘Evet’ e ‘Yok’ com frequência suficiente para supor que elas possam corresponder a ‘Sim’ e ‘Não’, mas não tem noção de qual significa o quê. (p. 29)

Inicialmente, tomando o ângulo favorecido por nossas próprias práticas metalinguísticas, diríamos que o linguista não está diante de uma cadeia da fala de onde deveriam ser reconhecidas e extraídas várias unidades; seria natural imaginar que o linguista está diante de uma situação de denominação ostensiva, ou, no máximo de uma expressão linguística que poderíamos reconhecer como *uma frase para anunciar coelhos* (cf Quine, 1969: 124).

Situações em que se estabelece uma conexão simples, em que, dado o estímulo visual concreto, pronuncia-se e repete-se a palavra que a ele se refere, são conhecidas como situações de denominação ostensiva, como as exemplificadas por Santo Agostinho nas *Confissões*, na parte em que relata seu aprendizado da língua quando criança (cf. *Confissões*, I/8)

Quine (1960: 27) observa que de fato o que se verifica, apesar da aparente simplicidade e o aparente sentido determinado para o enunciado ‘gavagai’, é uma enorme variedade de possibilidades de sentido para o enunciado, uma constitutiva e ineliminável *indeterminação da tradução*. Observa, também, que qualquer hipótese de tradução poderia ser defendida, mesmo naquela circunstância de denominação ostensiva, uma vez adotadas hipóteses compensatórias suficientes para cada uma. Nesses termos, sugere, por exemplo, que o linguista pode fazer o que parece a princípio natural e traduzir o enunciado como “Olhe, um coelho”; porém outras traduções seriam cabíveis com toda evidência que a figura do animal potencialmente evocaria, como por exemplo: “comida”, “vamos caçar”, “vai cair uma tempestade esta noite” (os selvagens podem ser supersticiosos...), “um estado momentâneo de coelho”, “um coelho desconhecido”.

Quine observa, ainda, que as perguntas que o linguista gostaria de fazer para confirmar suas hipóteses só podem ser feitas a partir do momento em que ele tenha dominado muito da gramática e do vocabulário do nativo; estágio que, por sua vez, só é alcançado como resultado de experiências realizadas a partir de dados mais concretos, observáveis da língua – o que, como se vê com o exemplo de ‘gavagai’, mostra-se uma tarefa com um nível de complexidade maior do que

normalmente imaginamos, pois mesmo essas partes mais observáveis da língua, admitem sempre, como Quine esclarece, múltiplas interpretações.

O tipo de linguagem descrita, que supúnhamos mais simples, e que, retomando as provocações wittgensteinianas à concepção representacionista da linguagem, poderia ser compreendida como um esquema de simples etiquetagem das coisas do mundo, no qual opera um perfeito alinhamento entre a linguagem e a realidade, ou entre a palavra e a coisa que ela substitui ou representa, escapa, mesmo no nível do gesto ostensivo, onde a “função representacionista” da linguagem deveria funcionar em sua plenitude, à determinação e previsibilidade do sentido que habitualmente esperamos encontrar, entre as palavras e as coisas, ou entre a linguagem e o mundo de forma genérica e universal.

Diante da experiência e das reflexões decorrentes do quadro descrito pelo filósofo, associo-me à voz de Harris (1988), em *Language, Saussure and Wittgenstein*, e junto indagamos, novamente, sobre a identidade da palavra: Se uma palavra não é um som que representa um objeto, o que ela é? (1988, 19).

O “conceito geral da significação” a que tendemos aderir sem pensar, conforme salienta a discussão de Quine, parece envolto, como já observava Wittgenstein (IF, § 5) “em uma bruma que torna impossível a visão clara”. O reducionismo semântico que decorre da apreensão da perspectiva representacionista da linguagem como sendo toda a linguagem é um dos embarços que, creio, deixa para a linguística problemas de vulto que repercutem em toda sua história, como, por exemplo, os problemas decorrentes do fato de terminarmos por depositar na relação palavra/significado, uma estabilidade e objetividade que não são, por natureza, inerentes à essa relação.

O que se espera, normalmente, de qualquer linguista de campo em uma situação de tradução radical, em que via de regra tem a tarefa de confecção de um dicionário para uma língua totalmente desconhecida, é que ele consiga, a princípio, reconhecer as unidades básicas dos arranjos e enunciados linguísticos, reconhecer pelo menos um pouco do sistema composicional da língua estudada, para que seja possível iniciar a elaboração de um dicionário e uma gramática dessa língua, que sirva como rota de instrução para acesso a ela. Seria necessário, pelo menos sob o ângulo mais favorecido em nossa cultura, que ele identificasse as *palavras* da língua.

Um fator complicador destacado por Quine é que o linguista nessas condições, ao cumprir a tarefa lexicográfica, terá projetado nosso ponto de vista ontológico na linguagem nativa (cf. Quine 1969: 124). Além disso, permanecerá a indeterminação formal dos constituintes da cadeia sonora *gavagai*. Como saber, numa situação como essa, se trata-se de uma única unidade ou de uma composição de unidades que podem vir a participar de outros arranjos significativos?

Como começar a procurar pela palavra em *gavagai*?

Poderíamos pensar que basta imaginar que o linguista desta narrativa é comparável a uma criança aprendendo sua língua e reconhecendo suas unidades. Vários estudos mostram que esse aprendizado é um trabalho diário contínuo, imerso em uma rede de estímulos cognitivos e sociais, e até mesmo emocionais, que ao longo de anos, franqueia à criança o entendimento de como jogar o jogo da linguagem, entre eles o jogo de nomear. Mas essa comparação parte de elementos muito diferenciados: o linguista de *gavagai* é um adulto, especializado em estudos da linguagem, que já domina sua própria língua, e talvez outras, e tem vários parâmetros estabelecidos sobre o uso e o funcionamento da linguagem, parâmetros epilinguísticos, e metalinguísticos – ele está *bastante* instrumentalizado para a tarefa. Portanto, a analogia não nos servirá, deve ser descartada.

Talvez pudéssemos pensar, ainda, que esse linguista irá experimentar o mesmo que o estrangeiro de Wittgenstein (§ 20), que, assistindo à cena comunicativa dos construtores e ouvindo o construtor A gritar “Traga-me uma lajota!” (no lugar de simplesmente, gritar “lajota!” – primeira versão da cena), e o construtor B trazer a lajota, suporá que aquela cadeia sonora seja a denominação para aquele tipo de *pedra* e passará a reproduzi-la, a utilizá-la *como se fosse uma só palavra*. O que ocorrerá, prosseguindo com nosso raciocínio hipotético, até que um falante nativo mostre para ele a (in)adequação de enunciar *gavagai* toda vez que avista um coelho, ou, voltando ao exemplo wittgensteiniano “lajota” sempre que estiver na presença daquela pedra. Passará, talvez, pelos mesmos embaraços pelos quais passa o “falante inocente” de Fillmore (1979), que desconhece as expressões idiomáticas, as fórmulas situacionais de uma língua, e segue respondendo com pormenores ao cumprimento “*Tudo bem?*”

Mas o linguista nada tem dessa ingenuidade. Partirá da hipótese de que em alguma parte daquela sequência, do arranjo sonoro *gavagai*, deve haver a palavra *coelho*, ou mesmo que toda ela corresponde à palavra para coelho, ou ainda uma frase para anunciar coelhos, e nessa frase teríamos outros constituintes, do tipo *olhe, um coelho*, ou *lá está o coelho...* E irá anotar as diversas circunstâncias de ocorrência da sequência sonora para testá-la, lidando frequentemente com a possibilidade da indeterminabilidade, da falta de exatidão de um sentido para aquela sequência de tradução concebida.

O problema que se coloca é que a palavra não se deixará capturar sem que possamos observá-la e usá-la em diferentes situações, em múltiplos jogos de linguagem; e esses jogos não são segmentáveis, não são, como parecem sugerir Wittgenstein e Quine, autoidentificáveis como propõe a *tese da imanência de superfície* apresentada anteriormente. Além disso, como sabiamente ensina-nos Cavell, para que possamos aprender uma palavra e seguir dando lances com ela, é preciso muito mais do que o treinamento que o jogo de denominação ostensiva oferece.

Ao “aprender uma língua” não se aprende apenas os nomes para as coisas, mas o que é um nome; não apenas qual a palavra para expressar um desejo, mas o que é expressar um desejo; não apenas o que é uma palavra para “pai”, mas o que é um “pai” (p. 177).

A nossa aposta é que uma abordagem Construcionista da Gramática aplicada ao enfrentamento do *problema da palavra* estará mais inclinada a acatar as determinações do uso, da práxis, das múltiplas e variadas interações conversacionais que continuamente constituem e renovam a linguagem e suas unidades. Mostraremos que, partindo de uma perspectiva holística da gramática, terá uma preocupação a menos, pois no lugar de buscar logo identificar, extrair, categorizar, segmentar, irá, para a comunidade de fala em exame, munida especialmente da certeza de que é preciso sensibilidade às práticas (meta)linguísticas daquela comunidade, e que o significado não se oferece em partes recortáveis, é preciso uma atitude descritiva holística, para aos poucos aprender as regras do jogo de cada língua.

O fato é que o jogo da linguagem se faz com unidades, no nosso caso, entre outras, as palavras, que, como nos recorda Harris, (1988: 21), resenhando o

pensamento de Saussure e Wittgenstein, não são em hipótese alguma unidades ilusórias. Lendo passagens importantes das Investigações, por exemplo, entendemos melhor a verticalidade do alerta de Harris, no que diz respeito ao pensamento de Wittgenstein sobre as unidades da linguagem; não há espaço para duvidar da legitimidade da questão sobre a identificação das unidades linguísticas. Em seu texto inúmeras vezes ele cita exemplos de palavras, como na passagem abaixo:

§116 Quando os filósofos usam uma palavra – “saber”, “ser”, “objeto”, “eu”, “proposição”, “nome”, - e procuram aprender a essência da coisa, deve-se sempre perguntar: essa palavra é usada de fato desse modo na língua em que ela existe?

Outras vezes ele a distingue de frases, como por exemplo:

§23 Quantas espécies de frase existem? Afirmação, pergunta e comando, talvez? – Há inúmeras de tais espécies: inúmeras espécies diferentes de emprego daquilo que chamamos “signo”, “palavras,” frases”.

§120 Quando falo da linguagem (palavra, frase, etc) devo falar a linguagem do cotidiano.

Como poderíamos, pensando na dificuldade do linguista de Quine, traçar ao menos um quadro descritivo do que ele deve procurar, um quadro descritivo dos contornos imprecisos das unidades linguísticas, que esteja em sintonia com a perspectiva de linguagem que endossamos? Diríamos, seguramente, que o linguista de *gavagai* deve ter em mente que o que ele busca para sua notação dicionarística não se deixa capturar assim tão facilmente.

Nossa descrição para as unidades, em consonância com os estudos de inspiração wittgensteiniana que vimos fazendo e que informam a visão da linguagem como forma de vida por nós endossada, autoriza-nos a propor o seguinte mapa de acesso à palavra – as palavras podem ser compreendidas e descritas como: (i) peças dos jogos de linguagem; (ii) complexos acústicos cuja homogeneidade fônica contrasta com a heterogeneidade de vocações e usos; (iii) unidades linguísticas que ganham significado somente quando associadas às práticas sociais e aos jogos de linguagem dos quais tomam parte; (iv) unidades linguísticas de tamanhos diferenciados que, na nossa cultura, se definem como palavra em oposição à frase no uso que delas é feito; (v) unidade linguística cuja

identidade é conferida por redes de semelhança e dessemelhança nos jogos de linguagem dos quais participa; (vi) unidade linguística cuja identidade não independe das práticas metalinguísticas cotidianas.

Trata-se pois, de um conceito de contornos imprecisos que tendemos a estranhar, e muitas vezes recusar em função da tradicional exigência da determinabilidade do sentido que nos acostumamos a impor sobre o fenômeno da linguagem. A ideia de que o funcionamento impreciso e inexato da linguagem é apenas um fenômeno de superfície, a busca de um estado de *perfeição* na linguagem, a aposta na ideia de que subjaz a essa superfície um cálculo que confere à linguagem regularidade e estabilidade, levaram teorias linguísticas de grande envergadura, como a gerativa, e também, em menor escala, a linguística cognitiva californiana, a buscar explicar o visível pelo invisível. Teorias e análises investiram em escavar essa superfície em busca da regularidade depositada na estrutura profunda – a se voltar para a hercúlea tarefa de “reconstruir com nossas mãos uma teia de aranha destruída” (IF §106).

Pretendemos mostrar, com a descrição da Abordagem Construcionista do próximo capítulo, que destituída de ambições explicativas mentalistas, essa abordagem, em comparação com as metalinguagens rivais, “*larga na frente*”...

Como a GC enfrentaria, com vantagem, o problema do linguista na situação de tradução radical criada por Quine?